



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Mato Grosso do Sul

DECRETO Nº 028/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

“Altera a redação dos artigos 3º, 7º e 12 do Decreto nº 026, de 23 de março de 2020.”.

O Sr. **Valdir Luiz Sartor**, Prefeito Municipal de Deodópolis, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no artigo 44, incisos V e VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado os artigos 3º, 7º e 12, do Decreto nº 026, de 23 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** Fica temporariamente suspenso, no prazo de 60 (sessenta) dias, o atendimento presencial do público externo, a fim de reduzir o risco de contaminação e transmissão do vírus.

§1º As demandas de petições, de sugestões, de reclamações, dentre outros serviços que o cidadão demandar, deverão realizar através da Ouvidoria do Município, disponível no site oficial do município.

§2º O cidadão deverá utilizar a Ouvidoria do Município para demandas de petições, de sugestões, de reclamações, de dúvidas dentre outros serviços que entenderem necessários e a ouvidoria ao receber a demanda, realizará todos os encaminhamentos necessários, documentando toda a tramitação e mantendo a controladoria informada de todos os procedimentos;

§3º O expediente será normal nas Secretarias cujas atividades não possam ser suspensas como na Secretaria Municipal de Saúde, bem como na Agência Fazendária Municipal e no Setor de Licitação, sendo que, o expediente será organizado pelo respectivo Secretário (a) e/ou Diretor (a) Municipal do Setor, para evitar aglomerações de pessoas.

Av. Francisco Alves da Silva n-443 Centro.

Fone: (67) 3448-1925

Site: www.deodapolis.ms.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Mato Grosso do Sul

§4º O Setor de Licitação apenas atenderá o público externo nos dias designados para sessão de abertura de Licitação.

§5º Os demais setores por intermédio de suas Secretarias, poderão organizar o teletrabalho nas atividades que forem possíveis, sendo que ao menos um funcionário deverá permanecer em cada setor.

§6º Quando necessário o protocolo de documentos, e/ou requerimentos no Paço Municipal deverão ser realizados via e-mail, observando as seguintes áreas: Recursos Humanos enviar no seguinte e-mail: rhdeo@hotmail.com, Gabinete do Prefeito enviar no seguinte e-mail: gabinete@deodapolis.ms.gov.br, excepcionalmente, em casos de extrema necessidade o protocolo poderá ser realizado na porta de entrada principal do Paço Municipal.

Art. 7º Aos servidores públicos municipais da administração direta ou indireta e os empregados e colaboradores da iniciativa privada que tiverem idade acima de 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes, portadores de doenças crônicas, ficam dispensados à presença no serviço, com falta justificada.

§1º. Nos trabalhos em que for possível a realização de teletrabalho, poderá ser solicitado sua execução, ao grupo disposto no caput desse artigo.

§2º. A condição de portador de doença crônica mencionada no caput desse artigo dependerá de comprovação por intermédio de laudo ou atestado médico.

§ 3º. A medida prevista no caput se aplica também a servidores que tenham regressado nos últimos dez dias, ou que venham a regressar, de viagens a países estrangeiros ou de qualquer Estado da Federação, independente de apresentação de sintomas do COVID-19, os quais devem se manter afastados do serviço por 14 dias a título de quarentena.

§ 4º. Para os servidores públicos municipais, empregadores e empregados da iniciativa privada que apresentarem sintomas de contaminação pelo COVID-19, cujo as atividades não tenham sido declaradas essenciais (Decreto nº 10.282/2020), deverão aceitar a autodeclaração do empregado e/ou servidor a respeito do estado de saúde, apresentada por escrito (e-mail, mensagem digital ou qualquer outro meio), e permitam/promovam o afastamento do local de trabalho, como medida de prevenção

Av. Francisco Alves da Silva n-443 Centro.

Fone: (67) 3448-1925

Site: www.deodapolis.ms.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Mato Grosso do Sul

da saúde pública, aplicando-se o disposto do artigo 3º, §3º, da Lei 13.979/2020, conforme previsão da Recomendação nº 1 – PGT/GT COVID-19, ciente das sanções que poderão sofrer em caso de declaração falsa. Os profissionais engajados nas atividades essenciais para o combate à pandemia, conforme previsão dos decretos sanitários federais e estaduais, entre eles o Decreto nº 10.282, não poderão utilizar a autodeclaração, devendo apresentar laudo ou atestado médico.

§5º Os servidores municipais portadores de doenças crônicas, gestantes, lactantes ou demais servidores que apresentarem sintomas característicos de resfriado ou gripe, bem como febre, dor e/ou incomodo na garganta deverão preencher o requerimento disposto no anexo I, devidamente instruído com a documentação comprobatória e realizar o encaminhamento destes através do e-mail: rhdeo@hotmail.com com o nome REQUERIMENTO – COVID 19.

I – os requerimentos recebidos pelo Departamento de Recursos Humanos serão autuados em procedimento próprio e encaminhados ao gestor da pasta para conhecimento e tomada de providencias quanto à possibilidade de trabalho remoto;

II – os servidores que permanecerem em serviços locais e necessitarem de qualquer apresentação de atestado deverão encaminhar os mesmo para o e-mail: rhdeo@hotmail.com com o nome REQUERIMENTO – ATESTADO.

III – fica suspenso a necessidade de homologação dos atestados pela junta médica, durante a vigência desse decreto.

Art. 12. Fica determinado a suspensão das atividades por prazo indeterminado, como forma de conter a propagação do coronavírus, em especial as empresas com as seguintes atividades:

I - conveniências, lanchonetes, bares, restaurantes, sorveterias, cafés, pastelarias, casas de chipas e similares;

II - boates e salões de dança;

III - casas de festas e eventos;

IV - feiras e exposições;

V - clubes de serviço e de lazer;

Av. Francisco Alves da Silva n-443 Centro.

Fone: (67) 3448-1925

Site: www.deodapolis.ms.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Mato Grosso do Sul

VI – academias, estabelecimentos de condicionamento físico ao ar livre e clubes esportivos;

VII - clínicas de estética, salões de beleza, salões de cabeleireiro e barbeiros;

VIII - comércio de rua (ambulantes e camelôs), tabacarias;

IX - agências bancárias.

§ 1º. Caso tenham estrutura e logística adequadas, os estabelecimentos descritos no inciso I deste artigo poderão efetuar entrega em domicílio e disponibilizar a retirada no local, de alimentos prontos e embalados para consumo fora do estabelecimento, desde que adotadas as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da propagação de infecção viral relativa ao Coronavírus – COVID-19.

§2º Os feirantes, caso tenham estrutura e logística adequadas, poderão efetuar entrega em domicílio.

§3º O artigo anterior não se aplica: aos supermercados, mercados, açougues, padarias, distribuidoras de gás e água mineral e similares, devendo ser evitado o consumo de alimentos nesses locais e aglomerações de pessoas. Não se aplica, também: aos postos de combustíveis, farmácias, laboratórios, clínicas, hospitais e demais serviços de saúde, desde que adotadas as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da propagação de infecção viral relativa ao COVID-19.

§ 4º Fica determinado que os velórios sejam realizados com duração, no máximo, de 3h (três) horas e com o limite máximo de 10 (dez) pessoas por salas de velório, sendo proibida a aglomeração de visitantes pelas áreas internas e externas do local e as pessoas presentes deverão observar a distância de segurança de ao menos um metro, podendo ser estabelecido o sistema de visitação em rodízio.

§5º Aos estabelecimentos que não tiveram suas atividades suspensas deverão adotar o horário de atendimento máximo até às 19h30min, podendo manter após esse horário, apenas o serviço de entrega a domicílio (delivery), desde que adotadas as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da

Av. Francisco Alves da Silva n-443 Centro.

Fone: (67) 3448-1925

Site: www.deodapolis.ms.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS

Mato Grosso do Sul

propagação de infecção viral relativa ao COVID-19, excetuado os postos de combustíveis que poderão funcionar 24h, com restrição de suas conveniências.

§6º Os seguimentos industriais e comerciais deverão disponibilizar telefone e e-mail ao público, estimulando e dando publicidade, para os serviços de entrega em domicílio, sempre que a atividade, assim, permitir, deste modo evitando circulação de pessoas nas ruas.

§7º Os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços deverão fornecer aos seus funcionários e colaboradores equipamentos de proteção e prevenção ao contágio do COVID-19, bem como adotar as medidas estabelecidas pelas autoridades de saúde de prevenção ao contágio e contenção da propagação de infecção viral relativa ao COVID-19.

§8º Todos os estabelecimentos públicos e privados disponibilizarão lavatórios, sabão e toalhas descartáveis para uso de seus clientes, usuários e colaboradores e ainda, manter torneiras, maçanetas de portas e válvulas de descargas e banheiros desinfetados.

§9º Os serviços de varrição de ambientes fechados, sempre que possível, deverão ser substituídos por limpezas úmidas, para evitar a proliferação dos vírus através da poeira.

§10 Estabelecimentos comerciais, lotéricas, bancos, hotéis e pensões, disponibilizarão quando necessário, canetas, cadeiras, mesas, balcões e demais utensílios desinfetados e seguros aos clientes, usuários e pacientes para usos momentâneos, bem como na entrada deverão ser feitas a higienização das mãos e orientações pertinentes para evitar contaminação.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Deodápolis, em 24 de Março de 2020.

Valdir Luiz Sartor

Prefeito Municipal

Av. Francisco Alves da Silva n-443 Centro.

Fone: (67) 3448-1925

Site: www.deodapolis.ms.gov.br